

# Fato ou Ficção?

## O PROCESSO DE ARMAS LEVES DA ONU

Numa saga sem fim, 2010 testemunhou a luta do processo de armas leves da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo seu futuro. O lado positivo foi o Quarto Encontro Bienal dos Estados (*Fourth Biennial Meeting of States - BMS4*), que produziu um parecer a respeito da implementação do Programa de Ação de Armas Leves das Nações Unidas (*UN Small Arms Programme of Action - PoA*), incluindo um texto detalhado sobre os problemas do processo. O ano testemunhou então o início próspero das negociações das Nações Unidas sobre um Tratado do Comércio de Armas (*Arms Trade Treaty - ATT*).

No entanto, algumas das falhas foram marcantes, excepcionalmente o baixo índice de relatórios e de troca de informações em 2010 sugere que os Estados-membros da ONU foram, em grande parte, indiferentes ao Instrumento Internacional de Investigação (*International Tracing Instrument - ITI*), cinco anos após a sua adoção pela Assembleia Geral da ONU. Uma década após a finalização do PoA, os Estados-membros da ONU continuaram a rejeitar qualquer forma de avaliação independente da implementação do programa. Eles devem ter algo a esconder; o exame feito pelo Levantamento de Armas Leves sobre os pontos de contato nacionais (*national points of contact - NPCs*), que os Estados estão pretendendo estabelecer dentro do PoA, indica que pouco mais de um quarto dos membros da ONU possuem NPCs funcionando em seus países.

**O ano de 2010 testemunhou alguns desenvolvimentos positivos no processo de armas leves da Organização das Nações Unidas.**

A agenda de armas leves da ONU para 2011 apresenta um novo tipo de conselho para o PoA: uma Conferência de Especialistas do Governo sem fim previsto (*Meeting of Governmental Experts - MGE*). As resoluções gerais ('omnibus') sobre armas leves da Assembleia Geral da ONU estendem-se agora em 31 parágrafos operativos. Mas todas estas palavras – faladas e escritas – realmente levam a alguma coisa? Este capítulo examina os últimos progressos alcançados pelo processo sobre armas leves da ONU e os situa dentro do amplo quadro de discussões da instituição sobre esta questão durante a última década. Ele identifica algumas das conquistas deste processo, além de destacar diversos motivos de preocupações. Suas principais conclusões são as seguintes:

- Os Estados-membros da ONU começaram a traduzir a linguagem relativamente vaga do PoA para princípios mais específicos de ação.
- O processo de armas leves da ONU está se tornando cada vez mais estruturado, com encontros bienais, um conselho de especialistas e conferências de avaliação agendadas agora para o PoA.
- A falta de compromisso com o PoA e o ITI por parte de muitos Estados é clara, reforçada pela contínua incapacidade de concordar sobre qualquer tipo de avaliação formal e independente dos instrumentos de implementação.
- Para a sua credibilidade, os Estados-membros da ONU chegaram finalmente a um acordo para iniciar as negociações



Esta foto, tirada numa expedição ao monte Everest, mostra as supostas pegadas do Abominável Homem das Neves ou Yeti, datada por volta de 1961.  
© Popperfoto/Getty Images

Na passagem da fronteira de Mariposa, em Nogales, Arizona, Estados Unidos os agentes do Departamento Aduaneiro e de Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos procuram por dinheiro e armas em um veículo com destino ao México, maio de 2009. © Matt York/AP Photo

sobre princípios jurídicos vinculativos, traçados para apoiar a transferência internacional de armas convencionais.

- As negociações do ATT podem estar enfrentando a mesma resistência contra o controle internacional efetivo de armas, que o PoA enfrentou até a data de hoje.

O mais importante é a ênfase dada pelo capítulo no fato de que, uma década após a adoção do PoA, ainda não está claro se o processo de armas leves da ONU, em termos de uma implementação concreta, tenha saído da estaca zero. A maioria das informações disponíveis sobre a implementação do PoA e do ITI vêm de relatórios nacionais, que raramente são autocríticos. Apesar do incentivo dado nos últimos anos para a troca de informações sobre ‘os desafios e oportunidades da implementação’, os Governos estão fornecendo relativamente poucas informações sobre as dificuldades que eles enfrentam para oferecer um resultado prático aos dois instrumentos – exceto para observar, com frequência em termos gerais, uma falta de competência ou uma necessidade de assistência.

As avaliações independentes sobre a implementação do PoA pontuaram de maneira consistente as suas graves deficiências. Mais recentemente, o Levantamento de Armas Leves procurou determinar se as informações, que os países forneceram para o Escritório das Nações Unidas para os Assuntos de Desarmamento (*United Nations Office for Disarmament Affairs* - UNODA) sobre seus pontos de contato nacionais para o PoA eram corretas e, mais ainda, se os NPCs estariam prontos para funcionar. Os resultados não são animadores. A existência e identificação de NPCs puderam ser confirmadas em apenas 52 casos – pouco mais do que um quarto dos membros das Nações Unidas. As notícias são ainda piores para o ITI, apesar do instrumento de investigação exigir dos países a designação de um ou mais ‘pontos de contato nacionais’ e a comunicação desta informação para a ONU. A partir do meio de janeiro de 2011 o site da UNODA listou pontos específicos para informação de contato do ITI em apenas 18 dos 192 países-membros, pouco menos de dez por cento dos membros da ONU.

**Não está claro se o programa da ONU realizou muitas mudanças em termos de implementações concretas.**

Houveram alguns pequenos sucessos em 2010 a nível diplomático. O parecer do BMS4 contribuiu com uma orientação operacional para a implementação do PoA, que tem sido desenvolvida nos últimos anos. O parecer também traçou para o PoA um sistema mais elaborado e com um potencial mais efetivo de acompanhamento do processo, que estende-se além do simples informe e focaliza às considerações – e avaliações – do relatório. No entanto estes resultados positivos foram ofuscados pelas indicações constantes de que os países-membros da ONU não estão seguindo completamente os seus compromissos em relação ao PoA e ao ITI.

Baseando-se nas evidências apresentadas neste capítulo – os poucos pontos de contato para o PoA e o ITI em funcionamento e a pouca troca de informações sobre a implementação do ITI – parece que apenas entre 50 a 60 países estão levando a sério seus compromissos perante o processo de armas leves da ONU. É reconhecidamente difícil tirar conclusões seguras tendo como base as informações limitadas que geralmente estão disponíveis, mas a relutância constante dos membros da ONU em aceitar a implementação do exame minucioso independente do PoA (e do ITI), dá a entender que ainda existem questões a serem respondidas. ❏

